



MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Câmara absolve Japim

A Câmara de Campo Limpo Paulista rejeitou por 10 votos a 2 a abertura da Comissão Especial de Inquérito contra o prefeito Japim Andrade (PROS). Apenas os vereadores, Professor Evandro (PROS) e Marcelo de Araújo (PR) votaram pela cassação. O chefe do Executivo estava sendo investigado por irregularidades na contratação de servidores e nepotismo.

Perseguição política

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) criticou o cancelamento pelo Ministério da Saúde da reunião com a presidente do Grendacc, na terça. Para ele, o cancelamento pode ter ocorrido em retaliação ao deputado Miguel Haddad (PSDB), que votou contra o presidente Michel Temer, na Câmara dos Deputados. O delegado vereador chegou a chamar o Governo Federal de ignorante, que tem prejudicado o tratamento das crianças e a própria instituição.

Mais críticas

O cancelamento da reunião pelo Ministério da Saúde com a presidente do Grendacc, Verci Bútal, foi criticada por mais vereadores da Câmara de Jundiá. A Casa deverá criar uma nova moção de repúdio pela recusa do credenciamento para o funcionamento da UTI do Hospital da instituição. O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), lembrou que uma moção já havia sido apresentada antes pessoalmente por ele em Brasília.

Segurança na Casa

O gestor da Unidade de Segurança Municipal, Paulo Sérgio de Lemos Giacomelli Stel, o Jacó, se reuniu com os vereadores em particular para tratar sobre a segurança da Câmara de Jundiá. Na sessão do último dia 8, houve um princípio de tumulto e no momento não havia guardas municipais no prédio. Jacó argumentou que os agentes tiveram que sair para prestar apoio em uma ocorrência próxima ao Legislativo.

Cadê a oposição?

O servidor Hélio Gabriel usou a Tribuna Livre para questionar a formação da comissão eleitoral que atuará na eleição do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá no próximo dia 22. Gabriel criticou o fato dos cinco membros da comissão serem da situação e não haver nenhum representante da oposição. Os vereadores do PSB, Paulo Sérgio Martins e Wagner Ligabó, se posicionaram publicamente a favor da Chapa 2.

PMDB para MDB

A direção do PMDB retomou um processo interno para mudar o nome da legenda para MDB (Movimento Democrático Brasileiro), abandonando a denominação de "partido" e retomando a sigla usada na ditadura militar. O objetivo é concretizar a alteração até o fim de setembro, quando o partido realizará uma convenção, marcada para o dia 27. O grupo quer usar essa mudança para tentar renovar a imagem da sigla antes das eleições de 2018.

► CÂMARA JUNDIAÍ

Emenda acrescentada ao projeto solicita também informações dos valores dos imóveis e nomes dos proprietários

Projeto propõe transparência em lista de imóveis alugados

MAURO UTIDA
mutida@jj.com.br

Os cinco projetos de lei previstos para serem votados na sessão da Câmara Municipal de ontem, apenas o PL 12.282, de autoria do vereador Gustavo Martinelli (PSDB), entrou em votação e foi aprovado. A proposta prevê divulgação da relação de imóveis integrantes do patrimônio público e alugados pelo município.

Dois emendas foram acrescentadas ao projeto do presidente da Casa, a primeira, do vereador Antônio Carlos Albino (PSB), solicita também informações do inquilino e do proprietário do imóvel, além dos valores. A Câmara também aprovou uma subemenda do vereador Wagner Ligabó (PSB), que requisita que a cópia do contrato se torne pública.

O autor do projeto salientou a importância destas informações estarem disponíveis no site da Prefeitura. "Hoje, os próprios vereadores têm dificuldade para ter a relação atualizada de imóveis e áreas do patrimônio, além dos imóveis alugados pelo município. Trata-se portanto de uma iniciativa que encontra suporte no princípio da transparência da administração pública", informou.



MESA DIRETORA Paulo Sérgio Martins adiou a votação de seu projeto, enquanto Martinelli foi o único a não retirar da pauta do dia

O vereador Roberto Conde (PRB) citou um exemplo comum que o projeto pode vir a colaborar com o trabalho do Legislativo. "Já tivemos casos em que recebemos diversas reclamações de municípios em relação a terrenos abandonados. No momento de notificar os proprietários ficamos surpresos quando descobrimos que

muitos terrenos eram do próprio município", declarou.

Investimento do Iprejun

Um dos projetos de lei aguardados para entrar em votação ontem era do vereador Paulo Sérgio Martins (PSB), que estabelece critérios para aplicação de recursos financeiros do Instituto de Pre-

vidência de Jundiá (Iprejun).

O autor do projeto solicitou o adiamento por dois meses para esperar a indicação do novo diretor presidente do órgão, visto que o Conselho Deliberativo do Iprejun havia rejeitado a indicação do advogado Igor Jefferson Lima Clemente no lugar da ex-gestora Fabiane da Silva Prado Palmerini, que pediu pa-

ra ser exonerada do cargo.

"A proposta visa criar regras para limitar a atuação do presidente do Iprejun e criar diretrizes para que ele não tenha liberdade para investir o dinheiro que é do servidor público e do aposentado. Parabéns o Conselho do Iprejun por não ter dado aval a nomeação e ao prefeito por respeitar a decisão", declarou.

O vereador Albino informou que pretende acrescentar uma emenda ao projeto para que o Iprejun aplique o fundo apenas em bancos oficiais do Governo Federal. "É uma garantia a mais para as aplicações não sofrerem prejuízos", afirmou.

Dia do Skate

O projeto do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que institui o dia 3 de agosto como 'Dia do Skate' no calendário municipal de eventos, foi adiado para a próxima sessão da Câmara, programada para o próximo dia 22.

Já o projeto do vereador Valdeci Vilar Matheus (PTB), que prevê divulgação de informações sobre multas de trânsito aplicadas no município, foi adiado para o dia 17 de outubro.

Na sessão da Câmara de ontem os vereadores também aprovaram três moções e um veto do Executivo.

► CAMPANHA

Eunício considera "muito difícil" volta de financiamento empresarial

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse ontem (16) considerar "muito difícil" a volta do financiamento de empresas a campanhas políticas já nas próximas eleições, após ter se reunido com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

Pouco depois de deixar o gabinete da ministra Cármen, Eunício afirmou ser "um momento inoportuno" para se discutir a volta do financiamento empresarial, que foi considerado inconstitucional pelo plenário do STF, em setembro de 2015. Ele afirmou não ter problema em pautar o assunto, mas acredita não ha-

ver ambiente para isso.

"Acho muito difícil que, no meio de uma crise dessa, uma crise política criada pelo sistema anterior, relacionada ao financiamento de empresas, a gente coloque para a sociedade que deve se voltar tudo para o financiamento privado", disse Eunício a jornalistas.

Ele defendeu a criação de um fundo público para financiar as próximas campanhas eleitorais, mas criado com "dinheiro velho", reutilizando sobras do fundo partidário e inclusive de emendas parlamentares individuais.

"Nós fazemos uma cesta, para criarmos um fundo com dinheiro velho, que de qualquer

maneira seria gasto com essa atividade", disse o senador.

O financiamento de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais voltou a ser considerado por parlamentares, após a recepção negativa da sociedade em relação à criação de um fundo público.

Uma comissão especial da Câmara sobre reforma política aprovou, na semana passada, a criação de um fundo de R\$ 3,6 bilhões com recursos públicos para financiar as campanhas eleitorais. O tema deve ser votado em breve em plenário pelos deputados.

O presidente do Senado disse que alertou a ministra Cármen Lúcia sobre a

possibilidade de que partidos entrem com ações questionando a constitucionalidade de alguns pontos da reforma política, que inclui ainda a mudança na forma de eleição para o Legislativo, do sistema proporcional para um majoritário, apelidado de "distritão", em que seriam eleitos os candidatos mais votados em seus respectivos distritos.

Ele defendeu que seja aprovado, já para as próximas eleições, no mínimo o fim das coligações e a cláusula de barreira, que restrinja a atividade política de partidos com baixo desempenho eleitoral.

► DÉFICIT

Michel Temer justifica nova meta fiscal

Em palestra a investidores, o presidente da República, Michel Temer, justificou ontem (16) a alteração da meta fiscal do governo, anunciada nesta terça-feira (15), ressaltando que a baixa da inflação causou queda na arrecadação. Disse ainda que a negociação do novo projeto do Refis, o refinanciamento de dívidas de empresas com a Receita Federal, fez com que empresários adiassem o pagamento de impostos.

"Como o Congresso alterou radicalmente [o projeto do governo sobre o Refis], aqueles que iriam aderir, ficam esperando. E ao ficarem esperando, também não pagam tributo. Isso aconteceu nesses últimos

três ou quatro meses, que fez também cair a arrecadação. Isso criou um grande problema para o nosso déficit", disse Temer em evento organizado pelo Banco Santander.

O presidente da República disse que, além de alterar a meta fiscal, o governo se preocupou em cortar gastos, como o adiamento do reajuste de servidores públicos e o corte de 60 mil cargos do serviço público federal. Segundo Temer, mesmo com a necessidade da alteração da meta fiscal, o país está indo no caminho certo, e deverá fechar o ano com inflação e juros baixos.

Essas alterações que fizemos, essas alterações com cortes de gastos, vão colaborar

muito para esse novo Brasil. Eu vejo que o interesse dos países de investir em nosso país está crescendo cada vez mais. A queda de inflação, a queda de juros, isso tudo vai ajudando muitíssimo. Você anunciou bem [referindo-se ao presidente do Banco Santander no Brasil, Sergio Rial], muito provável que, ao final do ano, nós estejamos em torno de 7,5% na taxa Selic. Não é improvável que isso aconteça", disse.

Temer destacou ainda que as medidas anunciadas pelo governo darão condições para que não haja aumento de impostos. O presidente voltou a pedir apoio para a realização das reformas, principalmente a pre-

videnciária, para ajudar nas contas do governo.

"Até há duas semanas, falava-se em aumento de imposto. E eu confesso que sempre tive uma certa resistência para tanto, em qualquer categoria. Sempre eu tento governar de uma maneira que não haja aumento da carga tributária, salvo se ela for absolutamente indispensável. E nessas conversações todas, com essas medidas que eu acabei de anunciar, nós não teremos aumento de impostos", disse, acrescentado, "é por isso que eu insisto que é preciso seguir adiante com as reformas, a da Previdência, a simplificação tributária, e reforma política". (AB)

► OBSTRUÇÃO

MPF denuncia Geddel

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou ontem (16) uma denúncia contra o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), acusado de obstrução de Justiça por tentar atrapalhar as investigações das operações Cui Bono e Sépsis.

Segundo os procuradores responsáveis pelo caso, Geddel atuou para constranger o operador financeiro Lúcio Funaro, que negocia acordo de delação premiada com o MPF, a não colaborar com as investigações.

"Seu modo de embarçar a investigação se deu por meio do contato de Raquel Alberjante Pitta, esposa de Lúcio Funaro, com quem Geddel Quadros Vieira Lima nunca tivera maiores proximidades", escreveram os procuradores responsáveis pelo caso na denúncia.

Com base em depoimentos da esposa de Funaro, os procuradores escreveram que, por meio de ligações pretensamente amigáveis, Geddel "intimidava indiretamente o custodiado, na tentativa de impedir ou, ao menos, retardar a colaboração de Lúcio Funaro com os órgãos investigativos (Ministério Público Federal e Polícia Federal)".

Funaro encontra-se preso há mais de um ano e é testemunha-chave em processos que envolvem o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), além de ex-ministros do governo do presidente Michel Temer, como Henrique Eduardo Alves (Turismo) e o próprio Geddel. (AB)